



CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Despesa	Dotação Atual (A)	Avaliação de Receitas e Despesas do 4º Bimestre (B)	Diferença (C)=(B-A)	PLN nº 28/2016 (D)
Benefícios Previdenciários	492.497,00	507.875,70	15.378,70	15.012,78
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	46.101,80	48.853,60	2.751,80	2.751,78
Abono e Seguro Desemprego	55.025,60	59.866,10	4.840,50	636,88
Total	593.624,4	616.595,4	22.971,0	18.401,4

A Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 4º Bimestre de 2016 estima um aumento de gastos com benefícios previdenciários da ordem de R\$ 15,38 bilhões. O aumento deve-se a diversos fatores, dentre os quais destacamos o aumento do salário mínimo e dos demais benefícios não vinculados ao salário mínimo acima do estimado na Lei Orçamentária (LOA); o pagamento de benefícios represados em razão da greve do INSS no segundo semestre de 2015; a frustração da economia estimada com a adoção das medidas de gestão no âmbito da Previdência Social¹; e a evolução observada nos gastos com esses benefícios ao longo do ano. O PLN em análise pleiteia uma suplementação de R\$ 15,01 bilhões para o pagamento dos benefícios previdenciários.

No âmbito do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, a Avaliação de Receitas e Despesas Primárias estima um aumento de R\$ 4,84 bi, mas o crédito ora analisado pleiteia apenas a suplementação de R\$ 636,88 milhões para o Abono Salarial. No âmbito dos Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV a Avaliação de Receitas e Despesas Primárias estima um aumento de R\$ 2,75 bi, motivado pela majoração do salário mínimo acima do estimado na LOA; pela frustração da economia estimada com a adoção das medidas de gestão no âmbito da Previdência Social²; e pela evolução observada nos gastos com esses benefícios ao longo do ano. O valor pleiteado pelo crédito para os benefícios da LOAS/RMV é o mesmo previsto no citado Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.

O crédito será atendido à conta de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, relativo a Recursos Ordinários, no valor de R\$ 17,53 bilhões, de excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não Financeiros e Financeiros, no valor de R\$ 874,80 milhões, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

A Exposição de Motivos registra que, *a propósito do que dispõe o art. 42, § 4º, da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes*

¹ Descritas na Nota Técnica nº 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015.

² Descritas na Nota Técnica nº 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015.



CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Orçamentárias para 2016 - LDO-2016, que a alteração decorrente da abertura deste crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a suplementação de despesas primárias obrigatórias já consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto bimestre de 2016, de que trata o § 4º do art. 55 da citada Lei, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 501, de 22 de setembro de 2016.

É o relatório.

II - EMENDAS

Ao PLN nº 28, de 2016, foi apresentada 01 (uma) emenda, de autoria do Deputado Assis Carvalho. No entanto, a emenda não permite identificar qual ação deverá ser suplementada ou cancelada, tendo em vista que os respectivos códigos não correspondem às respectivas descrições e à intenção contida na justificativa. Assim sendo, a emenda contraria o art. 147 da Resolução nº 01-2006, o qual prevê que as emendas conterão os elementos necessários à identificação das programações incluídas ou alteradas, com a devida justificação.

III - VOTO DO RELATOR:

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se encontra articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva suplementar dotações orçamentárias em programações e unidades orçamentárias constantes na Lei Orçamentária vigente.

Da mesma forma, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 - LDO/2016 (Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015), com as disposições do Plano Plurianual 2016-2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016), bem como com a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2016 - LOA/2016 (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016).

Quanto à emenda apresentada, votamos por sua inadmissão por contrariar o art. 147 da Resolução nº 01/2006-CN. Além disso, é importante destacar que os argumentos apresentados na Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a proposição, nos levam a concluir que o acatamento de eventuais pleitos ensejaria redução do



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E
FISCALIZAÇÃO

projeto, com evidentes prejuízos às ações contidas no programa de trabalho relacionado no anexo do projeto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 28, de 2016-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2016.

DEPUTADO JUSCELINO FILHO

Relator